

Procedimento investigativo e forma expositiva em Marx - duas leituras: Lukács/Chasin

Ronaldo Vielmi Fortes*

Resumo:

Este artigo trata das diferenças e identidades das reflexões sobre o caráter ontológico do pensamento de Marx entre Lukács e Chasin, no esforço de identificar as questões que eles desenvolveram em torno do pensamento marxiano.

Palavras-chave:

Investigação; Categorias; Abstrações; Ontologia; Marxiano; Trabalho.

Investigation procedures and explanation in Marx - two readings: Lukács/Chasin

Abstract:

This article discusses the differences and identities of reflections developed by Lukács and Chasin on the ontological character of Marx's thought and attempts to identify the issues both developed in the field of the Marxian thought.

Key words:

Investigation; Category; Ontology.

* Graduado em psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura, mestre e doutorando em filosofia pela UFMG.

As relações passíveis de serem estabelecidas entre ambos os pensadores aqui em tela são, no mínimo, multifacéticas. Vários são os pontos que podem ser diretamente comparados. Em grande medida, isto se deve ao terreno comum sob o qual ambos se movem, a afirmação de que o pensamento de Marx se caracteriza fundamentalmente por ser, acima de tudo, uma reflexão ontológica sobre o ser social. Chasin insistia no fato de que o primeiro a reconhecer esta base essencial do pensamento de Marx havia sido Lukács e, precisamente no esteio deste desvelamento, efetuou grande parte de sua pesquisa em meio a um diálogo declarado com a obra do pensador húngaro. É certo que o centro de suas pesquisas se dirigia principalmente ao próprio texto marxiano, porém, dadas as dimensões alcançadas pelo trabalho de Lukács, o debate com suas teses mais prementes não poderia deixar de se realizar. Isto não coloca o pensador brasileiro como um discípulo de Lukács, pelo contrário, o que verificamos no curso de seu pensamento é a constante necessidade de colocar à prova os resultados lukacsianos com as palavras de Marx.

Em virtude desse trabalho rigoroso de cotejamento, que não chegou a se concluir em sua plenitude, a dimensão desse debate se torna ampla e, portanto, difícil de ser abordada em suas várias perspectivas no texto que ora apresentamos. Foi necessário, pois, lidar com um problema bem circunscrito: a análise que G. Lukács e J. Chasin fazem acerca daquilo que poderíamos designar como as proposituras ontológicas basilares de Marx quanto ao procedimento investigativo e o modo de exposição presentes em *O capital*. Sob esta, orientação este trabalho pretende apresentar alguns argumentos que fornecem indícios de que são estudos que complementam um ao outro, pois se em Lukács a ênfase recai sobre a forma expositiva de *O capital*, em Chasin a tônica é dada ao procedimento investigativo propriamente dito. Se este último constitui uma lacuna em Lukács, igualmente podemos constatar a ausência em Chasin – nem este era o objetivo central do texto que ora analisamos – de uma análise que demonstre como os passos dados por Marx em sua obra econômica maior são expressões contundentes de uma forma expositiva fundada sobre a perscrutação ontológica do complexo econômico da sociabilidade do capital.

Lukács trata diretamente do problema aqui em pauta na segunda seção do capítulo destinado à análise do pensamento marxiano, que constitui o capítulo 4 da parte histórica de sua *Ontologia*. O autor abre sua análise com a observação sobre a malversação tradicional no Marxismo em relação ao problema do método em Marx, cujo reflexo particularmente expressivo podemos constatar na incompreensão e no descaso pelo único fragmento em que o pensador alemão trata diretamente do tema, manuscrito escrito no final da década de 1850, costumeiramente chamado de *Introdução de 57* – publicado por Kautsky, pela primeira vez, na edição de *Para a crítica*

da economia política, em 1907. As razões para a desconsideração quase completa da *Introdução de 57* podem ser, em grande parte, explicadas pelo predomínio das questões epistemológicas no campo da filosofia – cujos primórdios remontam ao pensamento kantiano. Esta hegemonia gnosiológica repercutiu fortemente no interior do próprio Marxismo, de modo generalizado, e, na maior parte dos casos, levou grande parte dos pensadores Marxistas “ao abandono da crítica da economia política para substituí-la por uma simples economia como ciência no sentido burguês” (Lukács, 1986, p. 578/Lukács, 1976, p. 283)¹. O que ficou obliterado foi a crítica ontológica à economia enquanto forma da sociabilidade posta e direcionada pelo capital, dimensão do pensamento marxiano que foi substituída por uma concepção da economia entendida nos moldes da cientificidade burguesa.

Contra as tendências predominantes no século XX, Lukács reafirma a importância da prioridade das determinações próprias do ser em relação à consciência, insistindo na necessidade de estabelecer a forma e o meio pelos quais a objetividade pode ser conhecida e idealmente apropriada pela consciência. Estas advertências iniciais não apenas repõem o problema da necessária confrontação da ontologia com a gnosiologia, mas também adensam a discussão, ao introduzir toda uma série de elementos relevantes do pensamento marxiano que contribui de maneira crucial para este debate e que rompe na raiz com a tradição filosófica predominante. Sob esta diretriz argumentativa Lukács descreve, logo de saída, a posição de Marx frente ao problema que separa nitidamente dois complexos distintos: “o ser social, que existe independentemente do fato de que venha conhecido mais ou menos corretamente, e o método para apreendê-lo idealmente da maneira mais adequada possível” (Lukács, 1986, p. 578/Lukács, 1976, p. 283).

A forma pela qual Lukács se contrapõe aos equívocos que desvirtuam as determinações de Marx o leva àquilo que caracteriza todo o conjunto de suas elaborações nesta seção: ao abordar o tema do caráter das abstrações no interior do pensamento marxiano, expõe os lineamentos que permitem estabelecer a base de uma teoria das categorias – lineamentos estes que constituem, para nosso autor, “os princípios ontológicos fundamentais de Marx”. Em outros termos, tratar do problema do conhecimento em Marx impõe caminhos completamente distintos: trata-se, primeiramente, de estabelecer os princípios ontológicos mais fundamentais de uma teoria sobre o ser para, a partir de então, lidar com o problema acerca do modo pelo qual a realidade pode ser apreendida pelo pensamento. No entanto, vale advertir que não há uma clara linha de demarcação entre as duas discussões, pois, na medida em que

1. Todas as notas referentes à *Ontologia* de Lukács referem-se à edição alemã. Para facilitar o acesso às citações, acrescentaremos na seqüência a referência de página da edição italiana.

se elucida o caráter das abstrações em Marx, vêm à luz os elementos gerais da teoria das categorias.²

A linha de discussão apresentada por Lukács remonta ao texto dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em que se encontra a afirmação da prioridade do ontológico sobre o conhecimento. Tal passagem confronta não apenas a idéia da consciência como elemento de síntese preponderante no processo do conhecimento, mas esboça aquilo que, na problematização lukacsiana, aparece como o princípio ontológico fundante da filosofia de Marx: a primazia da objetividade sobre a consciência. O texto marxiano é diretamente citado:

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser natural, não faz parte da essência da natureza. Um ser que não tem nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não é, por sua vez, objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser como objeto seu, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é objetivo. Um ser não objetivo é um não-ser [*Umwesen*]. (Marx *apud* Lukács, 1986, p. 578/Lukács, 1976, p. 284)

Com essa citação, nosso autor explicita sua primeira consideração importante acerca da posição do problema no interior do pensamento marxiano:

Marx já aqui rejeita toda concepção segundo a qual determinados elementos “últimos” do ser teriam ontologicamente uma posição privilegiada em relação àqueles mais complexos, mais compostos, e segundo a qual no caso destes últimos as funções sintéticas do sujeito cognoscente desempenharia certo papel no que e no como da sua objetividade. (Lukács, 1986, p. 579/Lukács, 1976, p. 284)

A segunda observação presente nesta passagem, bem mais óbvia que a primeira, volta-se contra o pensamento kantiano. Como se sabe, na gnosiologia formulada por Kant o sujeito ocupa papel de destaque por ser quem cumpre, a cada momento, a síntese concreta do conhecimento em relação a uma objetividade concreta – a coisa em si é incognoscível. A referência ao pensador idealista alemão não se dá por acaso: Lukács observa o influxo de sua filosofia no interior do próprio Marxismo que, por se encontrar distante da perspectiva ontológica, por vezes se vê às voltas com o kantismo – e outras vertentes da filosofia – no intuito de complementar supostas lacunas presentes no pensamento de Marx.

A primeira observação exposta nesta mesma citação, não tão clara quanto a que analisamos acima, somente será devidamente tratada e elucidada linhas à frente. Associada à citação do próprio Marx, Lukács põe em destaque a categoria da

2. A temática da construção de uma teoria das categorias, como veremos mais à frente, está posta pelo próprio pensador húngaro, que refere diretamente o problema em uma passagem do capítulo aqui analisado (cf. Lukács, 1986, p. 585/Lukács, 1976, p. 291).

“relação”, que aparece logo de saída determinada como um atributo imprescindível de todo ente objetivo, cujo corolário é: a objetividade implica ser objeto para outrem. Esta determinação terá grande relevância na ontologia do pensador húngaro. A relação não aparece apenas como um detalhe fortuito, casual – em suma, como mero acidente –, muito menos é um processo de síntese promovida pelo sujeito do conhecimento, mas constitui uma efetividade e um atributo ineliminável da constituição ontológica de todo ser. Por via de consequência, deste lineamento inicial veremos se estabelecer de uma forma mais ampla, páginas à frente, a idéia de que os elementos, categorias e propriedades do ser aparecem sempre de forma imbricada, suas categorias guardam sempre uma posição específica no interior de um complexo, em suma, estão em constante interação e inter-relação no interior do todo que compõe o ser. Não apenas esta determinação aparece como tese central da ontologia lukacsiana, mas o seu desdobramento desemboca na demonstração de pelo menos mais três elementos centrais da ontologia: a idéia de prioridade ontológica diretamente associada à noção de momento preponderante, de abstração isoladora e da interpenetração entre a esfera econômica e as esferas extra-econômicas. É a elucidação destes princípios o objetivo principal da análise que faremos daqui em diante.

Para determinar a peculiaridade inovadora do método marxiano nosso autor nos remete às páginas dos *Grundrisse*, nas quais se encontra, de uma maneira mais clara e consolidada, a contraposição Marxiana à vertente gnosiológica. A discussão sobre o método que se reporta aos *Grundrisse* reforça a ênfase já presente nos textos dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, na qual é posta em destaque a importância que a categoria da totalidade – e, por via de consequência, da noção de complexo – assume no interior das reflexões do pensador alemão.

Quando se afirma que a objetividade é uma propriedade primário-ontológica de todo ente, afirma-se em consequência que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade. (Lukács, 1986, p. 578/Lukács, 1976, p. 284)

O ponto de partida da exposição Marxiana da questão é uma referência direta à totalidade. No entanto, partir da totalidade não significa assumir uma postura empirista, que associa de forma direta a verdade a esta experimentação direta do mundo. Pelo contrário, seguindo os indicativos dados pelo próprio pensador alemão, Lukács afirma que a totalidade tem o caráter de um “princípio generalíssimo” [*Allerallgemeinste Prinzip*], não conferindo, de modo algum, de maneira imediata, sua essência e sua constituição, muito menos sendo capaz de prescrever o modo mais adequado para conhecê-la. Esta perspectiva se faz bem clara em Marx, quando este inicia toda sua análise destacando que, de um modo imediato, esta totalidade aparece como a

população, que constitui “o real e o concreto”. Contudo, assim considerada, temos apenas uma representação caótica do todo, atingimos apenas meras representações que não nos fornecem a riqueza de determinações e relações que enformam o conjunto efetivo de nexos da realidade em questão. Analisando esta passagem, Lukács apresenta o problema nos seguintes termos:

Se nós tomarmos a própria totalidade imediatamente dada ou seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto sobre a realidade imediatamente dada encontra sempre meras representações. Estas, portanto, devem ser mais bem determinadas por meio de abstrações isoladoras. A economia como ciência no início desembocou de fato nesta estrada; andou sempre mais adiante pela estrada da abstração, até que nasceu a verdadeira ciência econômica, que parte dos elementos abstratos lentamente adquiridos para “empresender de novo a viagem de volta”, até chegar novamente à população “mas desta vez não como uma representação caótica do todo, ao contrário como uma rica totalidade de determinações e relações”. (Lukács, 1986, p. 580/Lukács, 1976, p. 285)

Com suas próprias palavras, Lukács reproduz as idéias desenvolvidas por Marx em sua *Introdução*. O que se faz notar aqui é o fato de que Lukács substitui todo um conjunto de expressões utilizadas por Marx, tais como “determinações mais precisas” [*nähere Bestimmung*], “conceitos simples” [*einfachere Begriffe*], “abstrações rarefeitas” [*dünnere Abstrakta*]³ etc., sintetizando o procedimento da investigação das categorias econômicas por meio da expressão por ele mesmo cunhada: *isolierende Abstraktionen*. Não se trata, aqui, de destacar uma simples peculiaridade no uso de expressões, mas de demonstrar que a opção do pensador húngaro já indica os caminhos do seu entendimento acerca das determinações tratadas por Marx neste texto. Esta noção ocupará um lugar central nas idéias que serão desenvolvidas a partir deste ponto da sua análise⁴. O que Lukács parece pretender fixar com este termo é a resultante final daquilo que em Marx, por meio das expressões acima citadas, aparece como o caminho da construção dos “conceitos simples”, instante inicial da investigação em que se identificam na realidade componentes específicos do complexo em questão. Não seria exagero dizer que a preocupação do pensador húngaro é determinar em

3. “Finge ich also mit der Bevölkerung an, so wäre das eine chaotische Vorstellung des Ganzen, und durch nähere Bestimmung würde ich analytisch immer mehr auf einfachere Begriffe kommen; von dem vorgestellten Konkreten auf immer dünnere Abstrakta, bis ich bei den einfachsten Bestimmungen angelangt wäre.” Em português: “Se portanto começar pela população, então eu terei uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, pela análise, alcançarei conceitos sempre mais e mais simples; do concreto figurado eu passarei a abstrações sempre mais rarefeitas, até chegar às determinações mais simples.” (MARX, 1953, p. 21)

4. Cremos que é precisamente neste ponto que a análise de Lukács toma um rumo diferente daquele que será assumido na obra de Chasin. Os elementos suprimidos aqui por Lukács são precisamente os indicativos centrais do procedimento investigativo.

termos precisos o caráter das abstrações no interior do pensamento marxiano, preocupação esta que vai desde a consideração do papel das abstrações no trabalho de investigação das categorias da economia até o modo peculiar da exposição destas no interior das obras de Marx – particularmente em *O capital*.

Suas reflexões têm por princípio a seguinte determinação:

Apenas não devemos esquecer que tais “elementos”, na sua forma generalizada, obtida por via de abstrações, são produtos do pensamento, do conhecimento. Ontologicamente são também complexos processuais do ser, mas de constituição mais simples e, portanto, mais fácil de apreender conceitualmente se tomarmos como comparação os complexos totais dos quais são “elementos”. (Lukács, 1986, p. 581/Lukács, 1976, p. 286)

Há, aqui, a clara diferenciação entre a objetividade e o modo pela qual esta é apropriada pela consciência. O caminho percorrido pelo conhecimento, por meio das abstrações, “é tão-somente o caminho do conhecimento e não aquele da própria realidade. Este último é feito de concretas e reais interações entre tais ‘elementos’ no interior do quadro da graduada totalidade que opera ativa ou passivamente” (Lukács, 1986, p. 580/Lukács, 1976, p. 286). Mantendo-se fiel ao texto de Marx, Lukács cita a passagem em que o pensador alemão se reporta diretamente a Hegel, criticando-o por confundir o caminho percorrido pelo pensamento para a apreensão da realidade com a própria constituição e movimento da realidade. O ponto-chave de sua afirmação é a ênfase no fato de “que é a própria essência da totalidade econômica que prescreve a estrada para conhecê-la” (Lukács, 1986, p. 580/Lukács, 1976, p. 285).

Levando, portanto, em consideração os caminhos que devem ser percorridos pela abstração, em um primeiro momento cabe isolar conceitualmente, pela via da abstração, elementos da realidade, sem que, neste instante inicial, sejam estabelecidas as devidas inter-relações e interações concretas existentes entre eles. Este primeiro passo constitui aquilo que será designado como experimento ideal. Neste procedimento, em suas linhas mais gerais, constituiu-se em grande medida o trabalho dos grandes nomes da economia política, como David Ricardo. De fato os precursores da economia política estabeleceram grandes conquistas neste campo. Faltou-lhes, no entanto, empreender o “caminho de retorno” – tal como salientado por Marx em seu texto – que leva das abstrações simples à representação dos nexos reais e efetivos da realidade, que passa, após trilhar todo este caminho, a figurar no plano da ideiação como o concreto pensado.

No que tange ao processo investigativo marxiano propriamente dito, Lukács delinea os passos decisivos que o diferenciam do método da economia política:

É, portanto, da máxima importância esclarecer com a maior exatidão possível, em parte

por meio de observações empíricas, em parte por meio de experimentos ideais abstrativos, o tipo de sua funcionalidade conforme a determinadas leis, isto é, ver com clareza como eles são em-si, como entram em ação – em sua pureza – suas forças internas, quais inter-relações surgem entre esses e outros “elementos” quando são excluídas as interferências externas. É claro, portanto, que o método da economia política por Marx designado como “viagem de retorno” pressupõe uma permanente colaboração entre o modo de trabalhar histórico (genético) e o modo de trabalhar abstrato-sistematizante, que esclarece as leis e as tendências. A inter-relação orgânica e, portanto, fecunda destes dois caminhos do conhecimento é, todavia, possível apenas sobre a base de uma permanente crítica ontológica de todo passo, já que ambos os métodos aspiram compreender por aspectos diferentes o mesmo complexo de realidade⁵. A elaboração puramente ideal pode, deste modo, cindir aquilo que no plano do ser é ligado e atribuir a suas partes uma falsa autonomia, indiferentemente de ser uma elaboração empírico-histórica ou abstrativo-teórica. Somente uma ininterrupta e atenta crítica ontológica daquilo que vem conhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, pode restaurar idealmente a verdadeira inteligência dos fenômenos. (Lukács, 1986, p. 581/Lukács, 1976, p. 286)

A resolução metodológica Marxiana consiste em uma síntese de novo tipo, que une em seu procedimento tanto o experimento ideal abstrativo quanto a observação empírica. A observação empírica difere da experimentação ideal por se dirigir principalmente ao problema da gênese histórica dos complexos. Esta funciona, em grande medida, como reguladora do procedimento abstrato-sistematizante, impedindo este último de estabelecer falsas conexões, ou seja, de reconstruir por critérios meramente lógicos a totalidade, em detrimento das efetivas conexões que, de fato, constituem a realidade. Por outro lado, a simples observação empírica não seria capaz, por si mesma, de estabelecer as leis e tendências mais gerais da realidade econômica. A multiplicidade de determinações que constitui o emaranhado da realidade impede que se vislumbrem na forma aparente estas tendências e leis, sendo necessário, portanto, o trabalho de isolar abstratamente complexos parciais, de modo a fazê-los operar, de uma forma pura, sem as interferências que obscurecem a essência de suas relações. Junto a estas considerações fica patente o rechaço do idealismo pela denúncia dos perigos contidos em seus procedimentos investigativos, assim como a recusa do empirismo. Ambos os procedimentos, embora de natureza fundamentalmente distinta, comportam riscos, pois tendem a atribuir falsas autonomias a partes do todo, fazendo desaparecer a verdadeira conexão histórica do processo em seu conjunto.

Em Marx esta possibilidade seria evitada. Seu pensamento se ergue sobre o princípio de que a realidade é, acima de tudo, um complexo de complexos.

5. Nesta passagem o tradutor italiano confere um ar excessivamente figurativo ao texto: “miram por angulaturas diversas compreender o mesmo complexo de realidade”.

Todo elemento se encontra nela posto em uma ineliminável interação e inter-relação com os demais, cabendo, pois, ao pensamento apreender idealmente os efetivos nexos dos elementos do complexo. Não se trata da construção de um sistema econômico nos moldes clássicos, mas de uma descrição analítica da dinâmica efetiva dos processos da realidade. Talvez pudéssemos falar neste contexto de uma ontologia da esfera econômica.

Expressas por meio destas determinações gerais, as postulações lukacsianas em torno do método de Marx aparentam ser algo dúbio – não é nem um nem outro procedimento, mas os dois ao mesmo tempo – e difícil de precisar, porém, se conciliarmos estas palavras com as análises que o autor faz da forma expositiva do Livro III de *O capital*, tais considerações tornam-se mais claras. Convém, portanto, antecipar as conclusões de Lukács; isto não implicará, de forma nenhuma, desviarmos da construção de seu raciocínio, apenas pretende tornar mais claro aquilo que em seu texto somente figura de maneira definitiva ao final da seção. Se observarmos o curso dos próprios acontecimentos históricos, veremos que as figuras do capital comercial, monetário e a própria renda da terra são formas de relações econômicas que antecedem o capital industrial – que se torna, na sociedade capitalista, figura preponderante das tendências econômicas. Porém, esta factualidade histórica não confere a reta compreensão sobre suas funções no interior deste processo de produção. O que nos coloca diante do seguinte problema: a observação empírica, ou melhor, histórica, não revela a verdadeira natureza dos nexos destes complexos parciais na efetividade da sociabilidade vigente. Expondo a natureza deste problema, Lukács assim se pronuncia:

É essa a razão pela qual o Livro III contém os mais amplos e detalhados excursos sobre a história dos complexos econômicos que surgem novamente em seu contexto. Sem isso, seria de todo impossível integrar o capital comercial e monetário, assim como a renda da terra, no quadro concreto do conjunto da economia. A gênese histórica deles é o pressuposto para compreender teoricamente sua atual operatividade no sistema de uma produção autenticamente social, ainda que — ou precisamente porque — essa dedução histórica não seja capaz de explicar diretamente o papel que eles assumiram finalmente nesse sistema. Com efeito, este papel depende da subordinação deles à produção industrial; antes do surgimento desta última, capital comercial e monetário e renda fundiária haviam conhecido por longo tempo uma existência autônoma; e, nessa autonomia, apesar de certa conservação de suas peculiaridades, haviam desempenhado funções econômico-sociais inteiramente diversas. (Lukács, 1986, p. 603/Lukács, 1976, p. 310)

Trata-se de falar de complexos econômicos específicos, que são refundados pela lógica do novo que determina de maneira decisiva estes mesmos complexos anteriormente existentes. Somente por meio da abstração isoladora, que põe como

centro da reflexão as categorias decisivas da forma vigente do ordenamento social, pode-se localizar com rigor o conjunto de tendências e leis que moldam, remodelam, conferem novas funções às categorias preexistentes. Significa dizer que, em sua essência e em sua constituição, estes elementos, outrora autônomos e independentes, transformam-se, adquirindo novas funções e nexos no interior de uma totalidade que os enforma de acordo com novas necessidades.

Basta recordar aqui a exposição feita por Marx em *Teorias da mais-valia*, em que demonstra como as formas do capital produtor de juros, do capital comercial e da renda são reconfigurados, de forma a continuarem sua existência de maneira subordinada à nova ordem estabelecida pelo capital.

Sendo a forma comercial e a dos juros mais antiga que a produção capitalista, o capital industrial, que é a forma fundamental da relação capitalista – as outras formas apenas aparecem como derivadas desta ou como secundárias: derivadas, como o capital produtor de juros; secundárias, como o capital investido em uma função particular (que faz parte do seu processo de circulação), como o capital comercial –, não apenas domina a sociedade burguesa, deve submeter a si no seu processo de formação esta forma e transformar em forma derivada ou em particular função de si mesmo. Estas formas mais antigas, ele as encontra na época de sua formação, de sua origem. Encontra-as como pressupostos, mas não como pressupostos por ele estabelecidos, não como formas do seu próprio processo vital. Encontra-as como originariamente encontra a mercadoria, mas não como seu próprio produto; como encontra a circulação do dinheiro, mas não como um momento da sua própria reprodução. Assim que a produção capitalista se desenvolve em toda a amplitude de sua forma, se torna o modo de produção dominante, o capital produtor de juros é dominado pelo capital industrial, e o capital comercial não é mais que uma figura do próprio capital industrial derivado do processo de circulação. (Marx, 1968c, p. 460)

O trabalho que aqui tivemos, de acrescentar elementos que não são citados pelo próprio autor, tem o objetivo de destacar que a tese aqui proposta encontra respaldo ao longo de uma série de textos do pensador alemão.

O caráter destas determinações, que constituem a base dos lineamentos ontológicos de Marx confere, inclusive, à própria abstração um aspecto completamente outro em relação àqueles que encontramos nos sistemas econômicos formados nos moldes típicos da já mencionada cientificidade burguesa – que se estrutura sob a influência decisiva dos postulados gnosiológicos. A abstração isoladora não é, de forma alguma, um conceito, no sentido de uma simples formulação ideal no interior de um sistema que representa dados nexos passíveis de serem demonstrados na realidade. As categorias são para Marx, e Lukács insistirá nisto diversas vezes, “formas do ser, determinações da existência”. Significa dizer que a abstração não é uma construção ideal do pensamento na busca da compreensão da realidade, mas é

parte constitutiva da própria realidade. A abstração é factível, algo realmente, concretamente, efetivamente posta no plano da materialidade; é atributo do próprio ser. É também nas páginas de *O capital* que Lukács localiza os elementos necessários para demonstrar sua tese, particularmente no Livro II, quando Marx trata do problema da reprodução simples. O próprio Marx se pronuncia, dando destaque ao caráter da abstração que ele realiza neste momento:

A reprodução simples sobre escala invariada aparece como uma abstração enquanto, por um lado, sobre a base capitalista, a ausência de toda acumulação ou reprodução sobre escala alargada é uma hipótese improvável, por outro, as condições nas quais se produz não permanecem perfeitamente invariáveis (e este é o pressuposto) em anos diferentes. O pressuposto é que um capital social de valor dado forneça tanto no ano precedente quanto no presente, novamente, a mesma massa de valor-mercadoria e satisfaça a mesma quantidade de necessidades, se bem que possam mudar as formas das mercadorias no processo de reprodução. Mas, quando se desenvolve a acumulação, a reprodução simples constitui uma parte dela, pode ser, portanto, considerada em si e é um fator real da acumulação. (Marx, 1968a, pp. 393-394)

Os elementos que firmam a tese lukacsiana da abstração isoladora parecem transparecer aqui com o máximo vigor. O que se elimina na abstração analítica empreendida por Marx, neste momento, são os aspectos quantitativos da relação posta em causa, assim como determinadas funções do complexo da reprodução no interior do processo capitalista. Abstração não é, neste contexto, artificialização do problema, e neste sentido a criação de uma forma inexistente, meramente figurativa e antagônica ao efetivo, mas o isolamento parcial de um complexo de funções e dinâmicas efetivamente existentes. As palavras de Marx são reveladoras nesta direção: “Entretanto, quando tem lugar a acumulação, a reprodução simples constitui sempre uma parte desta, pode, portanto, ser considerada por si e é um fator real da acumulação” (Marx, 1968a, p. 393). Vale lembrar que este isolamento é tão-somente um momento da análise, algo provisório, uma vez que logo na seqüência aqueles elementos postos de lado na análise deste complexo parcial são reintroduzidos para pensar a reprodução em sua forma ampliada.

A isto Lukács acrescenta outra dimensão importante que a abstração possui no pensamento de Marx. Trata-se da categoria trabalho abstrato, que nada mais é que o trabalho indiferenciado, uma abstração que suprime as diferenças entre as diversas atividades laborativas, manifestando-se na realidade apenas como o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias. Esta abstração é uma operação real – uma objetividade sensível supra-sensível, se quisermos nos valer dos termos de Marx – que existe efetivamente no plano das inter-relações estabelecidas pelos indivíduos no seio da sociabilidade do capital

Estes dois princípios fundamentais até aqui esboçados confluem diretamente na determinação decisiva do procedimento marxiano, já por nós anunciada como a noção da realidade como complexos de complexos:

jamais se deve reduzir o contraste entre o “elemento” e a totalidade à simples antítese entre aquilo que é em si simples e aquilo que é em si composto. As categorias gerais do todo e das suas partes ganham aqui uma complicação ulterior, sem, no entanto, virem a ser suprimidas como relação fundamental: cada “elemento”, cada parte, é também um todo, o “elemento” é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que atuam em conjunto. Tal complexidade, porém, não elimina o caráter de “elemento”: as categorias autênticas da economia são – propriamente na sua complicada, processual complexidade – efetivamente – cada uma a seu modo, cada uma em seu posto – algo “último”, anteriormente analisável, mas não anteriormente decomposto na realidade (Lukács, 1986, p. 582/Lukács, 1976, p. 287).

Em suma, retomando os elementos até aqui apresentados, vemos que ser objetivo implica ser algo para outro, significa afirmar que a objetividade tem por centro a categoria da relação, que constitui a base de toda a argumentação que estabelece as diferenças das abstrações em Marx e nos outros pensadores. Por meio desta categoria, parte-se de uma determinação fundamental, culminando, como corolário, na afirmação da objetividade como um complexo, pela qual se deve, inclusive, conceber os elementos constitutivos deste como complexo dinâmico com propriedades concretas. Precisamente porque os elementos são totalidades parciais, por estarem sempre entrelaçados com outras categorias do complexo de que eles fazem parte, deve-se destacar a distinção do papel das abstrações no interior do pensamento marxiano: o experimento ideal extrai por via das abstrações os momentos mais decisivos de um complexo parcial, pensa-os em sua forma pura, por meio das inter-relações categoriais diretamente vinculadas à categoria posta como centro da reflexão, sem, no entanto, perder de vista a totalidade do complexo do ser social, que é o objetivo último a que se pretende chegar, ou seja: a reprodução ideal da riqueza de determinações da totalidade – que corresponde ao mencionado, porém ainda não detalhado por nós, caminho de retorno. Em outras palavras, estes lineamentos iniciais acerca da doutrina das categorias em Marx formam a base para a explicitação das diferenças das abstrações no interior de seu pensamento.

Esta idéia culminará, logo à frente, na idéia da prioridade ontológica [*ontologische Priorität*], que reivindica igualmente como centro fundante a categoria da relação. Conforme destaca Lukács: “Esta relação contém, pois, não apenas a ordenação lateral [paritária - *Nebenordnung*], mas também a sobre-ordenação [*Über-*] e a subordina-

ção [*Unterordnung*]” (Lukács, 1986, p. 582/Lukács, 1976, p. 287)⁶. A relação existente entre determinadas categorias ou complexos de categorias envolve a idéia de uma anterioridade necessária de determinados elementos que viabiliza a existência de outros complexos e de outras categorias. A noção de prioridade ontológica é a afirmação de que uma categoria “pode existir sem a outra, enquanto que o contrário é ontologicamente impossível” (Lukács, 1986, p. 582/Lukács, 1976, p. 288). Esta determinação é, segundo nosso autor, similar à tese materialista segundo a qual o “ser tem uma prioridade ontológica sobre a consciência”, uma vez que esta última somente pode existir sob o fundamento de algo que é. Ampliando o campo em que este princípio ontológico fundamental se faz presente, Lukács nos remete às palavras de Engels, que em seu discurso pronunciado no velório de Marx lembra que, antes de os homens se ocuparem com política, arte, religião etc., devem comer, beber etc. As palavras de Engels endossam a idéia da prioridade ontológica das categorias da produção e reprodução da vida em relação às outras funções igualmente existentes no âmbito do ser social.

É, no entanto, no próprio Marx que serão buscadas as bases para a sustentação e demonstração da razoabilidade do problema posto em pauta. Quando Marx considera o “conjunto das relações de produção” a “base real” para o “conjunto das formas de consciência”, tem em mente não a afirmação de um determinismo, mas a demonstração da prioridade ontológica do primeiro sobre o segundo, ou seja, o conjunto das relações de produção forma a base sobre a qual se desdobra o processo social, político e espiritual dos homens. Este primeiro constitui, neste sentido, o pressuposto para o desdobramento das formas de consciência. Vale lembrar as próprias palavras de Marx, que fornecem indícios claros sobre o problema aqui tratado, quando afirma que “não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas o seu ser social que determina sua consciência”. Vê-se claramente como, por meio destas palavras, o pensador alemão não apenas retira da consciência a prioridade ontológica, como também não se inclina a afirmar a consciência como um produto imediato da estrutura econômica, mas como algo que se forma sob a base dos processos de interação e inter-relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza. Destes argumentos se origina uma tese interessantíssima de Lukács: a acusação da existência de um economicismo no interior do pensamento de Marx é fruto quase sempre da incapacidade de perceber o problema da prioridade ontológica e

6. Tanto a tradução italiana quanto a edição brasileira suprimem o termo *Überordnung*. Temos que reconhecer a dificuldade de vertê-lo para as respectivas línguas, dada a ausência de um correspondente direto, porém a sobre-ordenação (neologismo por nós utilizado) é um elemento decisivo para o pensamento de Lukács, pois corresponde diretamente às noções de prioridade ontológica [ontologische Priorität] e de momento preponderante [übergreifende Moment].

– como veremos mais à frente – do momento preponderante. O Marxismo vulgar sucumbiu à idéia do determinismo da esfera econômica sobre as demais exatamente por não ter percebido a discussão que Marx realiza em torno da produção e reprodução da vida como a prioridade ontológica no âmbito do ser social. Esta prioridade não implica um determinismo desta sobre a vida espiritual dos homens, mas uma anterioridade, um pressuposto que fornece o campo de possíveis desdobramentos “do mundo das formas de consciência”. A dimensão do problema é bem mais complexa do que a tacanha e estreita afirmação de uma diretiva imediata e necessária da economia sobre as outras esferas.

Antes, porém, de encerramos nossos comentários acerca da noção de prioridade ontológica, vale lembrar que o mesmo tema é retomado em outro contexto, quando nosso autor acusa sua presença na construção do Livro III de *O capital*. A demonstração que ali encontramos redimensiona o âmbito e a forma de atuação deste princípio, quando não vincula mais a análise à determinação da interação das esferas distintas do ser, não o vinculando também ao problema da relação da esfera econômica com as outras esferas da prática social, mas demonstra no interior da própria sociabilidade do capital já constituída como nas relações econômicas a sobre-ordenação [*Überordnung*], a subordinação [*Unterordnung*] e o ordenamento paritário [*Nebenordnung*] se fazem presentes.

Somente na terceira parte é que o capital comercial e monetário (assim como a renda da terra) adquirem um papel concreto na repartição do lucro. A prioridade ontológica da mais-valia, que domina em absoluto, como vimos, revela-se também aqui ineliminável, em última instância, na medida em que se trata do único ponto em que surge valor novo; agora, porém, a mais-valia transformada em lucro é dividida entre todos os representantes economicamente necessários, mesmo que não criem valor novo, à divisão social do trabalho; e a análise desse processo, que não podemos examinar aqui em seus detalhes, constitui o aspecto essencial na terceira parte. (Lukács, 1986, p. 603/Lukács, 1976, p. 309)

A categoria da mais-valia constitui uma prioridade ontológica, na medida em que é pressuposto necessário para as categorias do lucro, lucro-médio – às quais podemos acrescentar o juro e a própria renda da terra. É o único âmbito em que surge um novo valor; as outras figuras do capital têm sua dinâmica determinada pela distribuição entre estas ramificações deste novo valor que surge a partir do capital industrial. Sob a forma do lucro e da taxa média de lucro a mais-valia é repartida entre tais figuras distintas. Elas, portanto, existem na sociabilidade do capital assentadas sobre esta base. A autonomia destas últimas é sempre relativa, uma vez que em tal forma da sociabilidade estas categorias adquirem suas funções e características na condição de subordinadas à mais-valia – que é condição *sine qua non* para o seu persistir como

instância operativa na sociabilidade do capital. Palavras complicadas estas últimas, mas que se fazem necessárias, pois, como vimos, o juro preexiste ao capital industrial, mas tem suas funções e diretrizes completamente reconfiguradas e redefinidas com o advento desta forma de sociabilidade. Em suma, a prioridade ontológica atua, neste caso, no interior do ordenamento societário do capital, tem uma validade não universal, mas histórica, pois está posta como necessária apenas no contexto de tal sociabilidade e permanecerá vigente enquanto esta persistir. Toda esta discussão que conclui pela afirmação da prioridade ontológica das referidas categorias econômicas – valor e mais-valia – vincula-se de um modo direto ao problema do momento preponderante, pois a anterioridade que se realiza nesta situação é a da centralidade de uma categoria que se põe como a articuladora decisiva dos nexos existentes, de uma categoria hierarquicamente decisiva no ordenamento e diretriz assumida pelo complexo em questão. Retomaremos tal discussão mais à frente.

Não podemos perder de vista que, nas páginas iniciais de sua elaboração, Lukács está apenas delineando aspectos gerais da doutrina das categorias; somente posteriormente, quando se dedica a analisar diretamente a obra Marxiana, estes aspectos são apresentados operando diretamente sob a forma da relação real das categorias da esfera econômica. Este é o motivo que nos leva a transitar de modo mais livre sobre as páginas do texto de Lukács, objetivando vincular desde o início suas considerações mais gerais sobre a ontologia à demonstração mais clara da forma de sua realização no pensamento de Marx. Na demonstração dos princípios fundamentais da ontologia, a obra que ganha atenção especial é *O capital*. Lukács não negligencia os textos anteriores – principalmente os manuscritos que constituem os materiais preparatórios para a construção de sua obra principal, porém avalia que:

O chamado *Robentwurf*, ainda que pleno de instrutivas análises sobre complexos e conexões não analisadas em *O capital*, todavia na sua composição completa ainda não possui o modo de exposição novo, metodologicamente claro e ontologicamente fundamental, da obra-prima conclusiva. (Lukács, 1986, p. 584/Lukács, 1976, p. 289)

O que talvez escape a Lukács neste momento é a percepção de que todo o trabalho ali realizado fornece fortes indícios do procedimento investigativo de Marx – ou, se preferirmos usar os termos cunhados pelo próprio Lukács, é o trabalho de experimentação ideal no curso de sua construção formativa. Ao que tudo indica, o propósito do pensador húngaro é evidenciar, sobretudo, o problema do método expositivo, deixando de lado o problema da investigação propriamente dito. Muito embora não devamos nos esquecer de que os caminhos seguidos pela investigação se encontram, de certo modo, esboçados em toda discussão preliminar sobre os

princípios ontológicos tidos como fundamentais para nortear a própria investigação; suas noções de elemento como complexo parcial, a idéia de relação, de prioridade ontológica e outros, orientam de saída, sob a forma de uma diretiva geral, não determinativa, aqueles princípios mais gerais constitutivos de todo ser. Em outros termos, a identificação destes princípios ao longo do próprio procedimento investigativo aponta a direção pela qual o pensamento pode atingir aqueles complexos prioritários que determinam de modo decisivo a dinâmica de um dado complexo de ser. Contudo, convém ressaltar que, se estes elementos indicam o problema, fazem-no de uma maneira, evidentemente, indireta.

Em *O capital* Marx já está de posse da riqueza de determinações do concreto, portanto, o elemento abstraído neste momento e tratado de forma pura, mais precisamente a abstração isoladora que é identificada à teoria do valor, expressa a forma necessária de exposição do complexo em questão, não coincidindo de modo algum com a descrição do processo investigativo que permite a Marx localizar nesta categoria o ponto de partida. O valor é o centro por ser o pressuposto de todos os outros elementos, a conexão que vincula os vários elementos da dinâmica econômica e extra-econômica.

Precisamente em vista disso, um pouco mais à frente, ele acrescenta que o valor é

uma abstração *sui generis*: a sua base é a efetiva lei fundamental da circulação social das mercadorias, uma lei que em última instância se afirma sempre na realidade econômica, não obstante todas as oscilações dos preços, em uma totalidade que funciona normalmente. Por isso esta não opera como uma abstração quando se trata de esclarecer seja os nexos econômicos puros, seja as suas inter-relações com os fatos e tendências extra-econômicos do ser social; por isso, toda a primeira parte do livro *O capital* se apresenta como uma reprodução da realidade, e não como um experimento ideal abstrato. A razão reside, mais uma vez, no caráter ontológico desta abstração: isso significa, nem mais nem menos, que ao isolá-la se pôs em evidência a lei fundamental da circulação das mercadorias, a ela foi permitido agir sem interferências ou obstáculos, sem que fosse desviada ou modificada por outras relações estruturais e por outros processos, que em uma sociedade são, ao contrário, necessariamente operantes. Por isto, em tal redução abstrativa ao dado essencialíssimo todos os momentos – econômicos e extra-econômicos – aparecem sem deformações; enquanto que uma abstração não fundada ontologicamente ou dirigida a aspectos periféricos leva sempre a deformar as categorias decisivas (Lukács, 1986, p. 596/Lukács, 1976, p. 302).

O primeiro tema aqui presente – a abstração isoladora – já se encontra esboçado em nossas considerações anteriores. O que merece destaque, portanto, são os dois outros lineamentos ontológicos mencionados neste contexto: momento preponderante e interpenetração entre as esferas econômica e extra-econômica.

Lukács lança mão do problema da relação entre econômico e extra-econômico para estabelecer não apenas a discussão em torno do momento preponderante, mas, inclusive, a discussão sobre a centralidade da categoria do valor. Logo de início nosso autor fala abertamente da importância deste problema – e isto é decisivo para os nossos propósitos – para a doutrina das categorias: “Este mútuo compenetrar-se do econômico e do extra-econômico no ser social incide a fundo na própria doutrina das categorias [*Kategorienlehre*]” (Lukács, 1986, p. 585/Lukács, 1976, p. 291). Frase-chave para o entendimento das idéias que estão sendo desenvolvidas nesta seção. O que Lukács procura fundar é a interpenetração e inter-relação irrevogáveis das categorias econômicas e extra-econômicas sob a base de uma categoria que unifica e intercambia estes dois pólos distintos. Em síntese, pelo menos duas conseqüências importantes decorrem desta afirmação: 1) a discussão sobre a importância do problema da doutrina das categorias; e 2) a determinação da continuidade e interpenetração das categorias que compõem esferas distintas do ser social, como lineamento decisivo para a consideração desta doutrina. Por meio da segunda conseqüência aqui anunciada Lukács refuta aquelas tendências que separam rigidamente as dimensões material e espiritual do ser do homem. A tomada de posição em relação a este problema atravessa toda a obra de Lukács.

O problema, neste instante, consiste em saber como e em que sentido a categoria valor aglutina em si os lineamentos mais fundamentais até aqui descritos. Quanto à determinação do momento preponderante, logo se vê, como já argumentado, que a lei eminentemente econômica incide diretamente na esfera extra-econômica, fundando o campo e a base diretiva dos desdobramentos da luta de classes – além de outra passagem significativa citada antes que fala sobre “os comportamentos e relações que derivam necessariamente da sua existência”.

Sua argumentação toma por base a especificidade da mercadoria força de trabalho, da qual, segundo Lukács, “necessariamente deriva a presença contínua de momentos extra-econômicos na realização da lei do valor também da compra e venda normal desta mercadoria” (Lukács, 1986, p. 585/Lukács, 1976, p. 291). Em uma referência direta a *O capital*, Lukács procura demonstrar como a luta entre o “conjunto de capitalistas” e o “conjunto de operários” ilustra o modo como momentos extra-econômicos da cotidianidade dos homens estão determinados pela “necessidade ditada pela própria lei do valor”. A demarcação da interpenetração entre estas duas esferas está, segundo ele, clara na obra Marxiana, na qual as exposições iniciais sobre a lei do valor, presentes logo no começo dos seus escritos, são posteriormente remetidas ao problema da acumulação primitiva. Esta parte do texto constitui, para Lukács, o momento em que é apresentada “uma secular cadeia de atos de força extra-

econômicos” que criaram as “condições históricas que fizeram da força de trabalho aquela mercadoria específica que constitui a base da legalidade teórica da economia do capitalismo” (Lukács, 1986, p. 586/Lukács, 1976, p. 292). A interpenetração do econômico e do extra-econômico é revelada por Lukács com o exemplo dos meios violentos pelos quais foram implantadas na Inglaterra as bases da sociedade capitalista. Não apenas a lei econômica determinou seu nascedouro, mas um conjunto de medidas não diretamente econômicas foi adotado para que sua implementação fosse viabilizada. O econômico e o extra-econômico são esferas distintas que se determinam mutuamente. As leis da economia prescrevem um conjunto de tendências, que só se efetivam, porém, na medida em que um conjunto de ações não diretamente vinculadas a esta esfera cria as condições para a sua plena realização.

Tudo isto revela tão-somente os aspectos iniciais da exposição das categorias econômicas feitas por Marx em sua obra. Os passos posteriores subentendem a dissolução deste preliminar grau de abstração realizada nas páginas iniciais. Basta pensar na própria estrutura da obra Marxiana para ver como do mais abstrato parte-se em direção à “totalidade concreta”: a exposição da forma pura da lei do valor culmina, após uma série de mediações importantes, no manuscrito inacabado sobre as classes. Ou para usar as palavras de Lukács:

ali se põem experimentalmente conexões legais puras, homogêneas na sua abstração, e a ação exercitada sobre esta, por vezes até superá-la, por componentes mais amplos, mais vizinhos à realidade, inseridos sucessivamente, para chegar no final à concreta totalidade do ser social (Lukács, 1986, p. 586/Lukács, 1976, p. 292).

O momento abstrato, eminentemente econômico, culminará, na parte final do livro, no encontro com os momentos extra-econômicos vigentes na totalidade do ser social: neste caso, a luta de classes – em sua dimensão mais ampla, que compreende não apenas o conflito entre trabalhadores e capitalistas, mas do capitalista industrial com o capitalista que opera no comércio, no mercado monetário, e assim por diante – como composição diretiva da cotidianidade dos homens.

É necessário frisar que essa autêntica demarcação sobre a estrutura da obra de Marx vale como argumento para a tese da interpenetração do econômico e do extra-econômico e é usada neste contexto fundamentalmente para demonstrá-la. Retornando, portanto, ao problema anunciado mais acima, o momento preponderante, é a delimitação da lei diretiva decisiva que regula a interpenetração entre as duas esferas. A definição desta lei aparece atrelada à determinação da categoria central da obra Marxiana: o valor.

Não por acaso Marx, em *O capital* estudou como primeira categoria, como “elemento” primário, o valor. E em particular estudou o modo pela qual esta se apresenta na sua gênese: de um lado esta gênese revela a história de toda a realidade econômica em um resumo geral, em abstrato, reduzida a um só momento decisivo, de outro lado a escolha mostra claramente a sua fecundidade porque esta própria categoria, junto com os comportamentos e relações que derivam necessariamente da sua existência, iluminam centralmente aquilo que de mais importante existe na estrutura do ser social, a sociabilidade da produção. (Lukács, 1986, p. 587/Lukács, 1976, p. 293)

Sob tais determinações, merece destaque o fato de que a forma expositiva não é uma escolha aleatória definida pela subjetividade do autor, pois o próprio objeto impõe os lineamentos de sua exposição. A dialética – termo, aliás, pouco utilizado por Lukács ao longo de sua análise – aparece, nesse sentido, não como uma escolha ou como uma aplicação de método para referenciar a exposição de um problema, mas é a expressão do movimento e da dinâmica interativos e inter-relacionais postos pelo próprio complexo em questão. A análise do valor não é, pois, uma abstração conceitual que introduz os elementos primeiros da economia, mas é o tratamento “puro”, a exposição dos nexos mais decisivos da esfera econômica tomados de forma isolada, sem a interferência de outros elementos presentes na totalidade que, se tomados em consideração neste momento, obscureceriam a autenticidade de seus nexos. Abstração, aqui, é, portanto, o isolamento de um complexo parcial da realidade. O complexo isolado abstratamente é algo tão existente quanto qualquer outro elemento desta realidade; o que ocorre neste momento é que, por meio do experimento ideal, isola-se este complexo parcial para delinear sua dinâmica de forma mais clara e precisa.

Em *O capital* podemos observar o declarado caminho das abstrações até a viagem de retorno ao mais concretamente determinado.

Se nós procurarmos determinar de maneira generalíssima os princípios decisivos de sua estrutura [de *O capital*], então nós podemos dizer de forma introdutória que se trata de um grande processo de abstração como ponto de partida, a partir do qual, dissolvendo as abstrações metodologicamente inevitáveis, etapa após etapa vem aberta a estrada que conduz o pensamento a apreender a totalidade em sua concretude clara e ricamente articulada. (Lukács, 1986, p. 584/Lukács, 1976, p. 289)

Lukács introduz, neste parágrafo, a segunda etapa necessária à reta exposição dos complexos de ser. Se em um primeiro momento cumpre isolar determinadas categorias e complexos decisivos por meio da abstração isoladora, o passo subsequente implica recompor a totalidade, em seu multiverso de articulações e interações. Trata-se de um procedimento que evolui aquilo que nosso autor denomina como

dissolução das abstrações [*Abstraktionsauflösungen*], momento que constitui a consolidação do processo do conhecimento, apreensão ideal da riqueza de determinações do concreto. O trabalho de Lukács é, portanto, demonstrar como este movimento aparece nas páginas de *O capital*: das abstrações isoladoras até a construção ideal do concreto pensado.

Lukács percorrerá todo *O capital*, demonstrando como a construção Marxiana expressa o caminho de retorno ao mais ricamente determinado, além de demonstrar, em linhas gerais, o caráter das abstrações mais centrais e decisivas dos três livros da obra. O centro de sua argumentação é a tese de que não são simples abstrações, mas momentos reais, realmente existentes, porém que na realidade não se encontram jamais atuando isoladamente, de forma pura.

Que para Marx se trata de uma abstração totalmente extraída de uma evidência efetiva nos mostra a própria estrutura da obra completa. A sua composição consiste, precisamente, em introduzir continuamente novos elementos e tendências ontológicas no mundo reproduzido inicialmente sobre a base dessa abstração, consiste em revelar cientificamente as novas categorias, tendências e conexões que de tal modo surgem, até o momento em que temos diante de nós, e compreendemos, a totalidade da economia enquanto centro motor primário do ser social. O passo imediatamente sucessivo conduz ao próprio processo em seu conjunto, visto inicialmente em sua generalidade. (Lukács, 1986, p. 596/Lukács, 1976, p. 302)

As considerações de Lukács encontram respaldo direto no texto de Marx. Nas primeiras linhas que abrem o seu manuscrito que compõe o Livro III de *O capital*, Marx explicita de imediato a estrutura geral de sua obra, destacando a forma da exposição por ele assumida, que vai da explicitação do processo da produção capitalista tomado em si mesmo e considerado por meio de um isolamento abstrativo, passando por uma intensificação gradativa dos diversos níveis de complexidade da economia – por meio da descrição da gênese determinativa de outras categorias e processos (a circulação) –, até a explicitação e exposição da forma pela qual esta economia aparece na superfície da sociedade, como dado imediatamente perceptível.

No Livro I são analisados os fenômenos que o processo de produção capitalista, tomado em si mesmo, apresenta como processo de produção imediata, abstraindo ainda toda a influência secundária de circunstâncias que são estranhas a ele. Mas este processo de produção imediato não esgota o curso da existência do capital. Este, no mundo real, vem completado pelo mundo da circulação, o qual constitui objeto de investigação do Livro II. Ali se mostra, especialmente na terceira seção, que trata do processo de circulação como mediação do processo de reprodução social, que o processo de produção capitalista, tomado em sua completude, é a unidade dos processos de produção e de circulação. O escopo do presente Livro não pode ser aquele de expor reflexões gerais sobre esta referida unidade;

trata-se muito mais de descobrir e expor as formas concretas do processo de movimento do capital, considerado como um todo. Em seu movimento real, os capitais assumem uns em relação aos outros tais formas concretas, em relação às quais o aspecto do capital no processo imediato de produção, assim como o seu aspecto no processo de circulação, aparecem somente como momentos particulares. Os aspectos do capital, como nós os consideramos no presente volume, avizinha-se, portanto, gradativamente das formas em que estes se apresentam à superfície da sociedade, na ação de diversos capitais uns sobre os outros, na concorrência e na consciência comum dos próprios agentes da produção. (Marx, 1968c, p. 34)

A descrição desses três momentos da investigação desenvolvida apresenta, em graus diferentes de exposição, as peculiaridades que podem ser discriminadas na forma acabada do capital. O primeiro momento, que corresponde ao primeiro livro, destaca analiticamente apenas o processo de produção capitalista, abstraindo-se toda e qualquer “influência secundária estranha” a este momento específico provisoriamente isolado. Tal procedimento põe em destaque uma faceta específica do capital, o que não esgota, evidentemente, todas suas nuances e todas as suas possíveis formas ou figurações. O Livro III tem como objetivo “expor as formas concretas do processo de movimento do capital considerado como um todo”, o que corresponde ao momento final da exposição, em que se conclui pela reprodução no pensamento da totalidade do objeto em questão, em toda a sua gama de determinações, o que, para usar uma expressão do próprio Marx, pode ser referido como a fase de conclusão na qual se constitui de forma cabal o concreto pensado. Após o desvelamento das principais tendências inerentes à sociabilidade do capital, trata-se, portanto, de empreender a elucidação da forma fenomênica, isto é, de revelar a forma da sua articulação com suas determinantes mais decisivas, assim como estabelecer a gênese daquelas categorias que aparecem de forma mais clara e com maior evidência na superfície dos processos econômicos.

Importa dizer que Lukács, após uma longa série de demonstrações sobre a natureza das abstrações e as etapas de sua dissolução ao longo da obra de Marx, sintetiza todo o percurso marxiano da maneira que se segue:

Tão-somente a aproximação da concreta constituição do ser social, possibilitada pela compreensão do processo de reprodução em seu conjunto, é que permite a Marx dissolver [*Auflösung*] — em nível ainda mais concreto — as abstrações do início. Isso acontece na teoria da taxa de lucro. Valor e mais-valia continuam a ser as categorias ontológicas fundamentais da economia do capitalismo. Na etapa de abstração da primeira parte, basta afirmar que apenas a qualidade específica da mercadoria força de trabalho é capaz de criar valor novo, enquanto os meios de produção, matérias-primas etc., simplesmente conservam o seu valor no processo de trabalho. A concretização da segunda parte fornece uma análise do processo global que, em muitos aspectos, ainda se mantém sobre essa base; isso ocorre na

medida em que, como elementos do ciclo, figuram o capital constante e o capital variável, assim como a mais-valia. Aqui resulta verdadeiro que, no processo de conjunto – considerado em sua generalidade pura, ou seja, prescindindo com consciência metodológica dos atos singulares que o formam na realidade –, a lei do valor continua em vigor sem alterações. E trata-se novamente de uma constatação justa e importante no plano ontológico, já que os desvios da lei do valor — na totalidade do processo — compensam-se de modo necessário. Com uma formulação simples, pode-se dizer: o consumo (inclusive o consumo produtivo da sociedade) não pode ser maior do que a produção. Naturalmente, aqui se abstrai o comércio exterior; mas se trata de uma posição correta, já que — precisamente nesse caso — é sempre possível suprimir pura e simplesmente essa abstração e estudar as variações que essa supressão introduz no conjunto das leis; deve-se notar, de passagem, que toda a questão perde seu sentido se o objeto imediato da teoria for a economia mundial. (Lukács, 1986, p. 600/Lukács, 1976, pp. 306-307)

Nos dois primeiros livros as categorias do valor e da mais-valia encontram-se fixadas pelo patamar de abstração empreendido, portanto, são apresentadas de um modo em que elas aparecem irretocadas, manifestando-se sempre como pano de fundo sobre o qual se desdobra a dinâmica da realidade econômica, ainda pensada sob a forma de abstrações que isolam complexos parciais da totalidade. Mesmo no Livro II, em que o processo de circulação é introduzido na análise, a lei do valor continua como momento ontologicamente prioritário, uma vez que a circulação não pode prescindir nunca do processo de produção, regido e posto em movimento sob a base da produção de mais-valia. Nos termos de Lukács, nestes dois primeiros momentos da exposição empreendida por Marx, a lei do valor figura sem os desvios – particularmente da taxa média de lucro – pela qual ela se efetiva no plano da realidade econômica. Justificável a abstração isoladora, na medida em que no âmbito da realidade manifesta ela continua a operar como decisiva, pois a compensação de todos estes “desvios” tem a orientação de fundo determinada por esta lei.

No parágrafo subsequente encontramos a explicitação da derradeira *dissolução das abstrações* empreendida nos dois livros anteriores:

De qualquer modo, o problema da terceira parte é o seguinte: no interior do ciclo total, agora compreendido, investigar a legalidade que regula os atos econômicos singulares, e não apenas para-si, mas precisamente no quadro da compreensão do processo de conjunto. Esse influxo dos atos singulares sobre o processo global, capaz de modificar ontologicamente as categorias, tem, porém, duas premissas histórico-reais: em primeiro lugar, o crescimento das forças produtivas, com a conseqüente diminuição do valor; em segundo, a ampla possibilidade que tem o capital de migrar de um ramo para outro. Ambos os processos pressupõem, por seu turno, um grau relativamente elevado de desenvolvimento da produção social, o que mostra novamente como as categorias econômicas, em sua forma pura e explicitada, requerem um funcionamento evoluído do ser social; em outras palavras, a sua explicitação enquanto categorias, a superação categorial das barreiras naturais, são

um resultado do desenvolvimento histórico-social. (Lukács, 1986, p. 601/Lukács, 1976, p. 307)

No Livro III as abstrações iniciais culminam em sua completa dissolução. Esta consiste, para Lukács, na consideração daqueles atos singulares que atuam diretamente sobre o conjunto de leis e tendências vigentes na realidade econômica. As categorias da economia aparecem, desta vez, em sua real e concreta articulação com as categorias mais superficiais, isto é, aqueles que se põem no plano da imediatidade ou da superfície. A lei do valor, na dimensão agora analisada, sofre a determinação de outras tendências presentes na própria realidade, sem perder, no entanto, o perfil de elo tônico, que articula de forma decisiva – momento preponderante – a dinâmica da totalidade. Ganha destaque, neste momento conclusivo da análise Marxiana, o fato de que no complexo total da economia estes momentos específicos da esfera econômica – leis tendenciais tomadas no seu “para-si” e os atos singulares – se encontram em mútua determinação. Estes últimos não são, portanto, meros epifenômenos ou reflexos passivos de uma lei perene, rígida e irrevogável, mas incidem sobre ela, alterando a própria forma pela qual ela se realiza na efetividade econômica. Em termos mais diretos, a lei originária que põe em curso a viabilidade de outras leis e dinâmicas – igualmente importantes – sofre o influxo direto daquilo que se põe na escala do tempo como instante secundário. A lei do valor determina, permanece determinante, porém é igualmente determinada, sobreposta e redimensionada por um conjunto de elementos que existem assentados sobre ela – nesse caso, os atos singulares dos indivíduos – que a realiza em suas tendências e a transforma em meio às suas atividades cotidianas.

Reconfigurada no interior dessa complexa interação com outros complexos de determinações mais ricas, a lei do valor adquire o perfil de uma tendência latente no interior deste processo total. Uma vez dissolvidas as abstrações ela aparece em sua real figuração no interior da dinâmica efetiva das interações econômicas. Não devemos nos esquecer de que todo este movimento abstrativo empreendido nos livros anteriores se fazia necessário, pois sem ele permaneceriam obscuras as raízes genéticas das categorias mais periféricas da economia capitalista; permaneceria velado, inclusive, o elemento articulador dos nexos e movimentos assumidos pela dinâmica categorial da economia.

*

Por meio de todo este conjunto de exposições até então destacadas, procurou-se demonstrar como a natureza dos argumentos lukacsianos em torno do problema ontológico em Marx dá ênfase aos princípios ontológicos que já estão realizados e efetivados em seu pensamento, e nesta medida, embora revele aspectos relevantes

do pensamento marxiano, não destaca o que vem a ser o procedimento investigativo propriamente dito, na medida em que concentra sua atenção no desvelamento das bases ontológicas sob as quais o pensador alemão constrói sua obra e na explicitação dos fundamentos necessários que justificam a estrutura presente em *O capital*. A questão do procedimento investigativo fica, de forma evidente, em aberto.

É precisamente nesse ponto, ausente nas reflexões de Lukács, que Chasin focalizará grande parte da análise desenvolvida na terceira parte de seu texto, intitulada “A resolução metodológica”. O autor brasileiro dirige sua atenção ao mesmo texto de Marx que dá início, como vimos, às reflexões de Lukács acerca do tema. Analisando a *Introdução de 57* é trazida à tona a categoria da abstração razoável [*verständige Abstraktion*] que, para Chasin, cumpre o papel decisivo de ponto de partida da investigação. Do mesmo modo como faz Lukács ao seguir os passos descritos por Marx em seu livro, Chasin destaca os problemas de se tomar a realidade imediata como ponto de partida de um modo acrítico. Tal como o faz Lukács, o autor enfatiza os dizeres de Marx, que adverte:

Se, portanto, começar pela população, então eu terei uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, pela análise, alcançarei conceitos sempre mais e mais simples; do concreto figurado eu passarei a abstrações sempre mais rarefeitas, até chegar às determinações mais simples. (Marx, 1953, p. 21)

Chasin identifica esse momento na obra do próprio Lukács, destacando o fato de que, por meio desta passagem, o pensador húngaro estabelece o conceito de abstração isoladora. No entanto, os rumos de sua análise tomam um curso distinto. Neste momento, ele avalia que os passos aqui descritos nos enviam diretamente ao problema das *abstrações razoáveis*, constituindo uma discussão que remete muito mais à questão do procedimento investigativo do que ao problema do caráter das abstrações no interior da estrutura expositiva desenvolvida por Marx, como acredita Lukács.

Acerca desta noção, esclarece-nos Chasin:

A razoabilidade de uma abstração se manifesta, pois, quando retém e destaca *aspectos reais*, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados. A razoabilidade está no registro ou constatação adequados, “através da comparação”, do que pertence a todos ou a muitos sob diversos modos de existência. (Chasin, 1995, p. 422)

As *abstrações razoáveis* constituem, por sua vez, “relações gerais ou as mais simples das categorias”, ou seja, são determinações apreendidas sob a forma dos aspectos mais gerais de uma dada categoria. Diferentemente do que possa parecer à primeira vista, a abstração razoável não constitui escolha aleatória ou uma formulação

fundada exclusivamente sob as bases do pensamento, pelo contrário, como destaca Chasin, ela é, antes de tudo, “algo geral extraído das formações concretas, posto à luz pela força da abstração, mas não produzido por um volteio autônomo da mesma, pois seu mérito é operar subsumida à comparação dos objetos que investiga” (Chasin, 1995, p. 422). O que significa dizer que já em seu início as determinações trazidas à tona pelo pensamento são “determinações da existência, formas do ser”. Assim como Lukács, Chasin constata esta asserção essencial de Marx, concedendo a ela o devido peso no interior do seu pensamento.

A abstração razoável cumpre pelo menos dois papéis fundamentais no processo da investigação: 1: ao fixar os elementos mais gerais de uma dada categoria, permite que, por comparação, sejam postas com maior evidência as *diferenças essenciais* (termo empregado por Marx) existentes entre as diversas formas específicas de sua realização; 2: por meio dela, tem início o trabalho inicial de identificação e de depuração dos elementos mais simples que compõem o complexo posto como centro da análise, ou, em outros termos, em meio ao todo caótico que se apresenta de modo mediato à percepção humana, tem início o trabalho de depuração de determinados elementos que compõem a efetividade em causa. Arrimado nesta dupla perspectiva das abstrações razoáveis, que se encontram presentes nas considerações Marxianas, Chasin busca estabelecer os passos que compõem a *démarche* do pensamento no trabalho de elucidação do concreto analisado. Nelas já se encontram presentes elementos que descrevem o caminho da captura ideal dos nexos reais, que são elucidados por meio da noção de *intensificação ontológica*. Em termos gerais, esta noção pode ser definida como a consideração histórica da *diferenciação essencial* pela qual se efetivam as categorias. Trabalho que implica a necessária transformação paulatina do ponto inicial, ou seja, o “deperecimento da abstratividade” presente em um primeiro momento na forma provisória da abstração razoável.

Um dos aspectos fundamentais dessa transformação compreende a intensificação da *razoabilidade* dessas categorias simples, ou seja, a atualização das virtualidades de sua natureza ontológica enquanto forma de apropriação ideal dos objetos reais. O que é operado pela exata aproximação e comparação delas aos traços efetivos, portanto, determinados e delimitados dos objetos, de modo que sejam *medidas* por eles e, conseqüentemente, ajustadas aos mesmos, de forma que sua capacidade de os reproduzir se torne mais precisa e, por isso mesmo, maior. Em termos bem sintéticos, na rota que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, as abstrações razoáveis devem perder generalidade por especificação, adquirindo os perfis da particularidade e da singularização, ou seja, a fisionomia de abstrações razoáveis delimitadas. (Chasin, 1995, p. 426)

Neste sentido, a dinâmica trazida à tona por Chasin, demonstra que

a investigação Marxiana está remetendo à multilateralidade determinativa de toda conformação fenomênica, ou seja, referindo que todo objeto, intrínseca e extrinsecamente, é e se manifesta como um feixe entrelaçado de inúmeras determinações, para cuja adequada reprodução teórica são indispensáveis a *delimitação* e a *articulação* das abstrações razoáveis. Desde logo porque a articulação, fase conclusiva do processo analítico, é também uma exigência de delimitação, levando em conta que as abstrações razoáveis, umas em face das outras, têm de ser compatibilizadas entre si, o que implica recíprocas determinações delimitadoras, pelas quais são estabelecidas as proporções com que integram a reprodução final do objeto investigado. Proporções, é evidente, que não dizem respeito, simples e essencialmente, ao tamanho ou à extensão conceitual com que são incorporadas à síntese, mas às qualidades com que participam da mesma, pois, as abstrações razoáveis, sob a intensificação ontológica que as delimita, não apenas continuam a ser “um conjunto de determinações diferentes e divergentes”, mas, a rigor, têm sua diversidade acentuada por especificação, mesmo porque ajustadas à coabitação, harmônica ou contraditória, com as *diferenças essenciais*, de modo a se tornarem capazes de reproduzir o concreto do ser-precisamente-assim, o que significa aproximação e tradução máximas possíveis da profusa malha de determinações interconexas do mesmo (Chasin, 1995, p. 427).

A fase conclusiva do trabalho analítico transparece, aqui, sob as bases de um percurso que, paulatinamente, em um esforço investigativo diretamente voltado para o objeto em questão, delimita as várias nuances, particularidades e singularidades contidas na “coisa” analisada. Ao final, o pensamento deve dar provas da recta apreensão da riqueza e complexidade de determinações que compõem a realidade. Momento que lembra as palavras de Marx reproduzidas pouco antes, que estão contidas no Livro III de *O capital*, nas quais, como adverte Lukács, o pensador alemão aproxima de modo direto o esforço analítico ao desvendamento da face mais aparente, superficial, do complexo econômico, porém, de uma maneira tal que a expressão mais aparente da economia é posta em destaque com toda aquela armação categorial dinâmica que se encontrava velada no momento inicial da elucidação do complexo.

É patente que Chasin não incorre no risco de se valer de expressões consagradas na história do pensamento filosófico – como o faz Lukács com os termos *experimento ideal* e *observação empírica* – ao buscar elucidar a natureza do problema em Marx. Diferentemente de Lukács, porém se reportando ao mesmo problema da forma como a historicidade deve ser considerada no processo de investigação, Chasin traz à tona as considerações de Marx, que contestam de antemão toda e qualquer filiação empirista de seus procedimentos.

Como em geral para toda ciência histórica e social, na sucessão das categorias econômicas vai sempre compreendido que, na realidade assim como na mente, o sujeito – aqui a moderna sociedade burguesa – já está dado, e que as categorias exprimem modos do ser, determinações da existência, mesmo que somente aspectos singulares desta sociedade, deste sujeito, e por conseqüência também no plano científico a economia política não começa

de fato somente onde se começa a falar dela como tal. Este fato deve estar bem presente, porque oferece elementos decisivos para a repartição da matéria. Por exemplo, nada parece mais natural que começar com a renda fundiária, com a propriedade fundiária, a partir do momento em que esta está ligada à terra, à fonte de toda produção e de toda existência, e à primeira forma de produção de toda sociedade em qualquer modo consolidada, isto é, à agricultura. E, todavia, nada seria mais errado. *Em todas as formas de sociedade existe uma determinada produção que decide o grau e a influência de todas as outras, cujas relações decidem por isto o grau e a influência de todas as outras.* É uma iluminação geral em que todas as outras cores estão imersas e que as modifica na sua particularidade. É uma atmosfera particular que determina o peso específico de tudo quanto esta envolve. (Marx, 1986, p. 39)⁷

Embora a gama de problemas tratados por Marx seja bem mais ampla que a questão a que ora nos dedicamos, nela vemos figurar de forma clara o entendimento marxiano da gênese e transformação histórica das categorias. Cumpre lembrar que Marx desenvolve estas idéias em proximidade com a análise que faz sobre as categorias da produção, consumo, distribuição, troca e circulação; ele observa, neste contexto, que a centralidade da categoria da produção, assim como a elucidação de sua efetivação histórica específica, não se justifica por critérios meramente conceituais, ou por uma consideração hierárquica e/ou temporal das atividades produtivas. Pelo contrário, Marx demonstra como o peso específico de determinados modos de produção reconfigura e redefine na raiz aqueles processos produtivos historicamente anteriores ao modo de produção que prepondera no seio de dada sociedade. Ao trazer à luz essa passagem, o propósito de Chasin é demonstrar que não basta a clara figuração das determinações simples, muito menos a perspectivação dos elementos analisados por meio de seu encadeamento histórico factual. O trabalho de investigação, ao vislumbrar os meandros das efetivas interações categoriais, deve iluminar o grau e a preponderância das categorias no interior do complexo, identificando, inclusive, aquela categoria que constitui, como vimos quando falávamos de Lukács, o momento preponderante. Pois, segundo Chasin,

o momento preponderante tem por identidade a condição de elo tônico no complexo articulado das abstrações razoáveis, ou seja, é o outro nome da categoria estruturante do todo concreto, e por isso também da totalidade ideal, uma abstração razoável que se destaca, sobredeterminando as demais com seu peso ordenador específico. Como tal sua correta

7. Lukács poderia, no contexto em que analisa particularmente esse problema, valer-se desta passagem do texto que ele tinha em mãos, ou seja, do próprio Rohentwurf, porém não o faz. O que torna ainda mais flagrante que os rumos de sua análise visavam, acima de tudo, à consideração da forma expositiva adotada por Marx em *O capital*, deixando intocados elementos decisivos da formulação do pensador alemão em torno dos procedimentos investigativos. Vale recordar que os elementos da obra marxiana que certificam e elucidam a tese lukácsiana da unidade entre experimento ideal e observação empírica foram postos em destaque por nós. O pensador húngaro, ao considerar estes problemas, distancia-se das noções destacadas por Marx, expondo-as por meios e noções que lhes são próprias.

identificação equivale à face macroscópica da delimitação ou diferenciação por intensificação ontológica, sendo o mesmo para o conjunto da própria articulação, pois vertebrada o processo de síntese, isto é, a constituição do todo de pensamentos que se realiza pela reprodução ou apropriação da totalidade concreta (Chasin, 1995, p. 431).

Ao lidar diretamente com a noção de momento preponderante, Chasin traz para o interior de suas considerações as análises que Lukács faz a respeito deste “princípio ontológico fundamental”, reconhecendo os méritos do pensador húngaro de identificar este princípio como decisivo no interior do pensamento de Marx. No entanto, Chasin confere a ênfase novamente ao problema do procedimento investigativo, demonstrando que a identificação do momento preponderante se faz pela recta escavação do complexo analisado, pela consideração da diferença essencial dos elos e articulações que cada categoria estabelece na efetividade. Esta dimensão específica do momento preponderante se encontra traduzida em Lukács muito mais por meio da justificativa da estrutura peculiar que as abstrações possuem na obra Marxiana, ou seja, o isolamento abstrativo de dadas categorias e complexos parciais são justificados pela função de momento preponderante sobre os demais momentos do complexo em questão.

Em síntese, para o pensador brasileiro, podemos encontrar em Marx não uma metodologia que estabeleça previamente os rumos da armação subjetiva no processo do conhecimento, mas indicativos gerais – que o autor designará “ontologia estatutária de Marx” – que fornecem tão-somente – porém, isto não é pouco – lineamentos gerais sobre o procedimento investigativo. Dentre eles, podemos relacionar a primazia da objetividade sobre a consciência, que encontramos na afirmação de que em Marx: 1) as categorias são “formas do ser, determinações da existência” – que se encontra associada à idéia do pensamento como uma das tantas propriedades e qualidades do ser social, o que diferencia a posição de Marx daquelas que tomam a razão humana como uma entidade supra-sensível, autônoma e instauradora da dinâmica histórica do ser social; igualmente: 2) a noção da realidade como uma síntese de múltiplas determinações, que desemboca na assertiva da efetividade como um “complexo de complexos” – para utilizar uma expressão de Lukács; e, finalmente, 3) na compreensão de que a articulação das categorias no interior de um complexo se põe de múltiplas formas, possui determinações e preponderâncias específicas, que devem ser rastreadas pelo trabalho de consideração do peso e do *locus* específicos de cada categoria no interior do complexo – a noção de “momento preponderante”.

Tudo isto se encontra, de certa forma, resumido na síntese que o autor realiza ao final de suas considerações:

Vale sumariar, para ressaltar a unidade, principiando pela referência à determinação da *força de abstração* como órgão peculiar da individualidade na apropriação ideal dos objetos, passando a seguir pelo caráter ontológico das *abstrações razoáveis*, ponto de partida do “método científico exato”, cuja *delimitação* é operada por intensificação de igual natureza, para alcançar a *articulação*, que ratifica o estatuto ontológico do conjunto pela absorção da *lógica das coisas*, e concluindo pela menção ao *momento preponderante* enquanto tônica categorial igualmente ontológica, caráter que também pertence às *determinações reflexivas*, uma vez que, Marxianamente, estas são sempre configurações de pares ou conjuntos reais, interações concretas. (Chasin, 1995, p. 432)

Pondo de lado o problema do uso das expressões tradicionais por parte de Lukács – *experimento ideal* e *observações empíricas* –, vemos que os apontamentos deste autor e a análise de Chasin, que privilegia os próprios termos de Marx, coincidem em pontos importantes. É clara a aproximação entre os princípios ontológicos fundamentais identificados por Lukács em Marx e os lineamentos ontológicos “estatutários” relacionados acima, que constituem, em grande medida, contribuições de Chasin em torno do desvelamento da natureza autêntica do pensamento marxiano. Dentre estes pontos, merece relevância a afirmação de que os nexos, relações, propriedades, categorias dos complexos analisados não são, de modo algum, formações específicas do pensamento, mas reprodução ideal da sua efetividade, o que confere destaque ao primado da objetividade sobre a própria consciência que se apropria idealmente da realidade. Ainda como ponto coincidente, cabe destacar a proximidade que a idéia de “depercimento da abstratividade” ressaltada por Chasin guarda com a noção de “dissolução da abstração” tal como enfatiza Lukács em sua *Ontologia*.

A noção de *abstração isoladora*, cunhada por Lukács, em termos bem claros, tem, no entanto, um sentido distinto daquele que é posto em destaque por Chasin: a *abstração razoável*. Quando Lukács busca elucidar a noção de abstração isoladora à luz das elaborações de Marx contidas em *O capital*, suprime a discussão mais aprofundada acerca dos meios pelos quais determinadas categorias puderam ser esclarecidas como centrais no interior do complexo de complexos. Seu ponto de partida para a discussão e elucidação implica o trabalho da investigação como já realizado, compreende, portanto, a já acabada identificação da categoria central ou de determinados complexos parciais que norteiam a dinâmica da efetividade. A noção de abstração razoável, por sua vez, procura identificar o ponto de partida da investigação, busca estabelecer o trabalho de delucidação, de construção e apreensão paulatina dos nexos e conexões efetivas do complexo tratado.

Sem pretender fechar a questão acerca do problema, tudo parece indicar que escapa a Lukács a temática do procedimento investigativo propriamente dito. Obviamente, o fato determinante desta ausência não pode ser concebido como idêntico

à concepção gnosiológica que se desvia em termos claros e declarados da proposição ontológica da *recta* reprodução ideal da realidade; neste aspecto em particular, o pensador húngaro guarda uma profunda diferença em relação às tendências predominantes do Marxismo, não se conduzindo de modo algum por um viés epistemológico no resgate que realiza dos textos de Marx – fato que era reconhecido por Chasin, principalmente quando se toma em consideração a *ontologia* lukacsiana. Se a natureza do problema passa despercebida para Lukács, não é, obviamente, por este se encontrar circunscrito ao debate gnosiológico, mas se trata de um problema de outra ordem, que pode, em parte, ser explicado pela necessidade que o autor tinha de se contrapor às tendências epistemologizantes de interpretação da obra Marxiana. Contra a procura frenética do cerne metodológico do pensador alemão, Lukács percorre as páginas de *O capital* demonstrando a inexistência de um método que estabeleça *a priori* as determinantes diretivas por meio das quais a realidade deva ser tomada em consideração, ou por meio das quais o pensamento age ativamente conferindo, sob as bases de suas próprias peculiaridades, os encadeamentos e os nexos dos fatos analisados; pelo contrário, ele insiste em demarcar a presença de uma *recta* consideração Marxiana da realidade tomada em sua intrínseca constituição efetiva. As categorias são “determinações da existência, modos do ser”, portanto, toda e qualquer explicitação das relações, conexões, nexos captados pelo pensamento são a expressão das reais interações e inter-relações existentes na objetividade. Em outras palavras, as categorias são elementos, propriedades e atributos inerentes ao próprio ser, e não expressões ideais que reproduzem por meios próprios vestígios vislumbrados na efetividade. Do mesmo modo, os princípios ontológicos fundamentais identificados por Lukács no pensamento de Marx não constituem um receituário prévio, mas são determinações somente trazidas à tona após a escavação do objeto, ou seja, estes princípios se revelam enquanto tais somente no destrinchamento real do complexo posto no centro da reflexão.

Demonstrar isto é, em grande medida, destacar o caráter das abstrações em Marx, sobre a qual o pensador húngaro tracejou sua compreensão por meio da noção de abstrações isoladoras. Estas constituem o ponto inicial da exposição do complexo tratado, que culmina com a integral *dissolução da abstração*, momento final em que a reprodução ideal se aproxima de forma inequívoca da riqueza de determinações da realidade. Por mais que Lukács se atenha muito mais ao problema da forma expositiva de *O capital*, vale insistir que esta não é algo aleatório, simples escolha subjetiva do autor, mas é reflexo direto da matéria tratada, que circunscreve caminhos, formas e liames necessários para ser descrita. O movimento da construção categorial desenvolvida por Marx segue os caminhos indicados pela *prioridade ontológica* e, con-

seqüentemente, pela primazia determinativa – *momento preponderante* – de seus elementos. É certo que o elemento subjetivo não pode ser totalmente eliminado deste percurso expositivo, porém é igualmente fato que o objeto impõe ao investigador os caminhos possíveis para sua descrição, uma vez que a perscrutação de seus liames e nexos impõe passos necessários a serem seguidos. Neste sentido, a forma expositiva de *O capital* não é a exposição “dialética” do complexo de problemas da economia calcada em uma metodologia que traça o esboço da investigação científica, mas é a explicitação do movimento, nexos e dinâmicas da própria coisa. E é neste segundo sentido que ela é dialética – em sua acepção ontológica –, enquanto expressão efetiva do movimento, interações e inter-relações das categorias. Remonta-se aos próprios dizeres de Marx que, em sua crítica de 43 a Hegel, insiste na exposição da “lógica da coisa” contra aquelas formulações teóricas que são fruto da “coisa da lógica”.

Em Chasin também encontramos considerações quanto à forma expositiva da obra Marxiana. No entanto, suas considerações não chegam à explicitação paulatina dos passos dados por Marx em *O capital*, análise que Lukács desenvolve de modo contundente nas páginas de seu livro aqui estudadas. Contudo, se, por um lado, a análise lukacsiana da estrutura da obra Marxiana desmonta toda uma série de interpretações que sugerem um conjunto epistêmico previamente estipulado que suporta os elementos analíticos presentes em seu pensamento, por outro lado, a análise efetuada por Chasin fornece os indícios que permaneceram ocultados por mais de um século, ao enfatizar a natureza do procedimento investigativo de Marx como algo que se pauta na *recta* intenção em direção ao objeto, sem os costumeiros desvios que põem a tônica da análise sobre as possibilidades e limites do conhecimento na apreensão da própria coisa. As palavras conclusivas que Chasin escreve em torno desta dimensão ontológica essencial das proposituras Marxianas são ainda mais decisivas – convém, portanto, encerrar nossas considerações por meio delas:

De proposição aparentemente simples, a reta abordagem cognitiva dos objetos põe em evidência as dificuldades reais de sua exercitação pelo complexo da determinação sociohistórica do pensamento e da teoria das abstrações. O desafio das *coisas* não se altera ou dissolve pela mera disposição ativa do sujeito enfrentar a decifração das mesmas, nem porque detenha a visualização do roteiro analítico a ser cumprido, e sempre como dificuldade se repõe a cada objeto faceado. Não se trata agora de retornar ao conjunto do tema, mas de realçar a *dificuldade* como predicado da analítica da reta prospecção. É o que Marx assinala no Prefácio da primeira edição de *O capital*: “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência”, reafirmando, sintomaticamente, a mesma noção, mas de forma mais desdobrada, cinco anos depois, no Prefácio da Edição Francesa: “Não há estrada principal para a ciência, e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos”. De modo que o conhecimento é possível, a ciência pode alcançar seus objetivos, mas não há um caminho pré-configurado, uma chave

de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro. Ao contrário, há sempre que galgar escarpas, ou seja, abrir caminhos através do próprio objeto, devassá-lo no corpo a corpo da pesquisa, que “tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” (Posfácio da segunda edição de *O capital*). Não há guias, mapas ou expedientes que pavimentem a caminhada, ou pontos de partida ideais previamente estabelecidos. O rumo só está inscrito na própria coisa e o roteiro da viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia, nem mesmo para outras jornadas, a não ser como cintilação evanescente, tanto mais esquiva ou enganosa quanto mais à risca for perseguida, exatamente porque é a luminosidade específica de um objeto específico. (Chasin, 1995, pp. 515-516)

Julgamos que, apesar das diferenças e discontinuidades existentes entre os autores aqui em tela, no que concerne ao problema específico por nós aqui tratado, as análises dos dois pensadores se completam, ao elucidarem aspectos diferentes de uma única perspectiva, isto é, explicitam com ênfases diferentes a natureza da “forma expositiva” presente nas obras econômicas “maiores” de Marx, assim como a natureza do seu “procedimento investigativo”, mostrando, deste modo, como o pensamento de Marx constitui um retorno às coisas mesmas, uma radical e profunda inflexão em relação a toda a tradição ontológica presente na história da filosofia.

Toda a análise aqui realizada procurou dar destaque àqueles aspectos que julgamos mais relevantes e que concerniam diretamente ao tema proposto no início de nosso trabalho. Não pretende, obviamente, ser a palavra final a respeito do problema, pois sabemos que sua complexidade envolve a ampliação de toda a discussão posta aqui em tela. Uma destas discussões, que cumpre apenas mencionar neste contexto, consistiria em tratar de forma mais acurada o último apontamento que fizemos, ou seja, demonstrar como e em que sentido a ontologia presente em Marx é uma radical ruptura com toda a tradição filosófica anterior – e, por que não dizer, também posterior – a seu pensamento. Esta discussão encontra-se presente em ambos os comentadores, que lhe dão resoluções distintas. Outra discussão importante consiste no problema da determinação social do pensamento, tal como explicitado por Chasin em sua obra, tema este que é imprescindível para a elucidação mais acurada do problema da resolução metodológica. Tal problema mereceria ser comparado aos apontamentos que Lukács efetiva em sua *Ontologia* acerca dos desvios que a *recta* apreensão dos nexos da realidade pode sofrer em virtude das determinações históricas da vida cotidiana. Somente por meio da consideração deste problema em particular, assim como de outros (a forte presença de Hegel no pensamento de Lukács, por exemplo), poderíamos chegar à dimensão mais definitiva sobre as convergências e divergências existentes entre os dois pensadores aqui analisados.

Referências bibliográficas

CHASIN, J. “Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

LUKÁCS, G. *Per l'Ontologia dell'essere sociale*. Roma: Editori Riuniti, 1976.

_____. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins* Band 13/14. Darmstadt: Luchterhand, 1986.

_____. *Prolegomini all'ontologia dell'essere sociale*. Milão: Guerini e Associati, 1990.

MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin: Dietz Verlag, 1953.

_____. *Das Kapital*. Marx-Engels Werke Band 23, 24 e 25. Berlin: Dietz Verlag, 1968a.

_____. *Ergänzungsband: Schriften bis 1844*. Marx-Engels Werke. Berlin: Dietz Verlag, 1968b.

_____. *Theorien über den Mehrwert*. Marx-Engels Werke Band 26 [1, 2, 3]. Berlin: Dietz Verlag, 1968c.

_____. *Opere - scritti economici de Karl Marx* (luglio 1857-febbraio 1858). Roma: Editori Riuniti, 1986.

